

UMA ETNOGRAFIA DOS LAUDOS ANTROPOLÓGICOS DE RECONHECIMENTO TERRITORIAL QUILOMBOLA: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ÉTICOS DA PESQUISA

AN ETHNOGRAPHY OF ANTHROPOLOGICAL REPORTS OF QUILOMBOLA TERRITORY
RECOGNITION: THEORETICAL-METHODOLOGICAL AND ETHICAL
RESEARCH NOTES

Resumo

Este artigo apresenta um recorte teórico, metodológico e ético de uma pesquisa etnográfica que tomou como objeto de análise o campo de atuação profissional da produção dos laudos antropológicos de reconhecimento dos territórios quilombolas. Tendo como referência os laudos antropológicos elaborados pela Superintendência Regional do Incra na Bahia, de 2003 a 2018, a pesquisa consistiu em realizar uma descrição e análise desses laudos, sob a perspectiva dos *processos etnográficos* que lhes deram origem, suas características e suas consequências. O método forjado na pesquisa, baseado no diálogo com os agentes e documentos desse campo de atuação, e lastreado pelas categorias do contexto, texto, subtexto e pós-texto, permitiu fomentar uma reflexividade antropológica sobre os laudos de identificação e delimitação territorial quilombola na Bahia, assim como fazer uma análise comparativa dos seus *processos etnográficos*.

Palavras-chave: Laudos antropológicos. Processos etnográficos. Método.

Abstract

This article presents a theoretical-methodological and ethical point of view of an ethnographic research that took as an object of analysis the field of professional activity in the production of anthropological reports for the recognition of quilombola territories. With reference to the anthropological reports prepared by the Regional Superintendence of INCRA in Bahia, from 2003 to 2018, the research consisted of carrying out a description and analysis of these reports, from the perspective of the ethnographic processes that gave rise to them, their characteristics and its consequences. The method forged by / in research, based on dialogue with the agents and documents in this field

¹ Licenciado, bacharel e mestre em Geografia, doutor em Antropologia, analista do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E-mail: assiz25@yahoo.com.br.

of professional activity, and supported by the categories of context, text, subtext and post-text, allows fostering an anthropological reflexivity on the identification and territorial delimitation reports quilombola in Bahia and make a comparative analysis of their ethnographic processes.

Keywords: Anthropological reports. Ethnographic processes. Method.

INTRODUÇÃO

A produção de laudos antropológicos de reconhecimento territorial quilombola é um saber especializado que atende as demandas técnico-científicas postas ao Estado para a operacionalização do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988. Esse artigo constitucional, que garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à propriedade definitiva das suas terras e atribui ao Estado o dever de emitir os respectivos títulos, encontra-se atualmente regulamentado pelo Decreto 4.887/2003 e por Instruções Normativas elaboradas pelo ²Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Está se constituindo no Brasil uma espécie de subcampo dentro da antropologia brasileira que trata da questão dos laudos antropológicos e que se situa numa zona de fronteira entre a antropologia acadêmica e uma antropologia da ação (O'DWYER, 2005, 2010), apresentando especificidades, conforme sinalizei em outro trabalho. (SANTOS, 2019b, p. 177) Esse campo de atuação profissional, que tem mobilizado diversos agentes, está sendo construído a partir de regulamentações operadas pelo Estado de um saber técnico-científico e de práticas cotidianas de trabalho. No entanto, tem sido pouco pesquisado pela perspectiva das ações concretas desses agentes que operacionalizam essa política pública e de seus “produtos/processos”.

Tanto na bibliografia especializada como no discurso e nas ações de inúmeros/as antropólogos/as, as questões relativas a esse tema ganharam notoriedade nos últimos anos. Basta verificar a quantidade crescente de grupos de

2 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está subordinado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais (SR's). Dentre as ações desenvolvidas pelo INCRA temos: a desapropriação de imóveis rurais; a implantação do programa nacional de reforma agrária; a concessão de crédito instalação aos assentados; a construção de infraestrutura nos assentamentos de reforma agrária; o fomento a ações produtivas nos projetos de assentamento; a gestão do programa de assistência técnica, social e ambiental aos projetos de assentamento; a titulação das áreas de reforma agrária; a gestão do programa de educação da reforma agrária; a gestão do cadastro rural; o georreferenciamento e a certificação dos imóveis rurais; o controle da aquisição de terras por estrangeiros; a regularização fundiária na Amazônia Legal; a regularização fundiária dos territórios quilombolas; dentre outros. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 11 abr. 2019. Atualmente é a Instrução Normativa/Incra/nº 57/2009 que regulamenta a elaboração dos relatórios antropológicos

trabalho, mesas redondas, simpósios e outras atividades acadêmicas ocorridas em diversos eventos científicos da área de antropologia, além das teses e dissertações defendidas ou em elaboração que tratam da temática.

Este artigo apresenta, pois, um recorte teórico, metodológico e ético de minha pesquisa etnográfica³ que, justamente, tomou como objeto de análise esse campo de atuação profissional. Tendo como referência os laudos antropológicos de delimitação territorial quilombola elaborados pela Superintendência Regional do Incra na Bahia, de 2003 a 2018, a pesquisa consistiu em realizar uma descrição e análise desses laudos, sob a perspectiva dos processos etnográficos (SILVA, 2015) que lhes deram origem, suas características e suas consequências. Apresento aqui apenas algumas considerações sobre o percurso percorrido e as categorias analíticas forjadas na pesquisa.

OS LAUDOS ANTROPOLÓGICOS E A PRÁXIS ANTROPOLÓGICA

O aumento significativo verificado, nas últimas décadas no Brasil, da demanda estatal de laudos antropológicos para subsidiar procedimentos administrativos e judiciais, como observa Arruti (2006), deu-se para responder aos anseios sociais; portanto, o debate acadêmico sobre o tema foi forjado nesse contexto e não a partir de inquietações teóricas próprias da antropologia. Trata-se de um campo de atuação antropológica cujas questões com as quais os/as antropólogos/as lidam não estão circunscritas somente ao mundo acadêmico. Contudo, a minha pesquisa partiu do pressuposto que a produção de laudos antropológicos é um trabalho que não se limita a uma mera aplicação de conhecimentos já existentes, mas implica a realização de estudos originais que suscitam análises de grande fôlego teórico, metodológico e ético, contribuindo para o enriquecimento do *corpus* teórico da antropologia. (SILVA, 2003, p. 28) Ao problematizar o debate sobre o caráter antropológico do trabalho pericial, a antropóloga Aracy Lopes da Silva (1994) observou que na elaboração de laudos antropológicos convergem e coexistem simultaneamente os papéis que os antropólogos em geral acumulam no exercício de sua disciplina (de cientista e trabalhador acadêmico envolvido com teorias, bibliografias, metodologias, projetos de pesquisa, teses e a produção de um conhecimento pautado pelo rigor), mas também outras inserções desses antropólogos, que costumam desempenhar em espaços, tempos e instituições diversas, criando uma oportunidade

3 *Antropologia e estado: uma etnografia dos processos de reconhecimento territorial quilombola na Bahia (2003-2018)* (SANTOS, 2019a), orientada pela Profa. Dra. Ana Paula Comin de Carvalho. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30800>. Acesso em: 29 jun. 2021.

única de desempenho profissional nesse campo. Assim, o exercício da perícia (e da elaboração dos laudos) se constitui numa complexa atribuição para os antropólogos, que necessitam mobilizar diversas competências (teóricas, metodológicas e práticas) relacionadas à tradição disciplinar da antropologia. A autora é enfática ao situar o trabalho pericial como atividade científica antropológica, inclusive com potencial de produção de pesquisas inéditas em face ao investimento na elucidação de questões postas pela realidade concreta da vida social. Ela analisa que, se por um lado, a perícia antropológica limita (ou pelo menos não favorece) o trabalho do antropólogo para produzir novos conhecimentos, por outro lado, uma “boa antropologia”, recorrendo-se aos argumentos consagrados pela teoria clássica, deve ser praticada pelos/as antropólogos/as ludistas. A *práxis* antropológica de produção de laudos, de acordo com Oliveira Filho (1994, p. 115), não está circunscrita somente a uma simples técnica, mera aplicação de conhecimentos já existentes (que seria empregue por um conjunto de especialistas, distintos dos antropólogos de carreira). Do contrário, a perícia e os laudos envolvem assuntos de relevância teórica e metodológica. Esse autor fez um chamamento à antropologia e aos antropólogos para não subvalorizarem a atividade de peritagem e de feitura de laudos, considerando-os como algo menor. Os laudos antropológicos, como salienta Fernandes (2005), “não são todos iguais, pois seus conteúdos são etnograficamente específicos. Por isso, a elaboração de um laudo é sempre uma tarefa grandiosa para um/a antropólogo/a, mas há sempre limites na sua elaboração. Esses limites são de ordem teórica e principalmente relativos ao que ele chama de “lógica do produto”. Para o autor, um trabalho de natureza antropológica jamais deve ser encarado e circunscrito a um produto, a uma “lógica do produto” cujas condições são postas aos antropólogo/as externamente (e muitas vezes alheias) aos possíveis resultados da própria pesquisa. O laudo visto apenas como um “produto” restringe os seus resultados a um conjunto de dados com uma suposta inabalável objetividade (concepção que, para Fernandes, já foi academicamente enterrada) que atende às exigências previamente estabelecidas. Por seu turno, os/as antropólogos/as sabem que “produtos” são resultantes de “processos” e pesquisam justamente para entender esses processos (sociais) que culminam em eventos, crenças, normas e – por que não? diz o autor – em “produtos”. Portanto, são “os processos” (e não “os produtos”) que são valorizados pelos/as antropólogos/as e o que estes

4 Fernandes trata de um contexto de atuação antropológica compondo equipes para elaboração de estudos de impacto ambiental. Nesse artigo, ele relata sua experiência na elaboração de um estudo de impacto ambiental do projeto Aproveitamento Hidrelétrico Quebra-Queixo sobre a comunidade indígena da Terra indígena Xapecó/Santa Catarina, contratado por uma empresa privada.

“entregam”, na verdade, ao fim do seu trabalho de perícia (o laudo antropológico em si), é o registro desses processos. (FERNANDES, 2005, p. 195-196)

A PRODUÇÃO DOS LAUDOS ANTROPOLÓGICOS COMO UM PROCESSO ETNOGRÁFICO

Silva (2015) entende que a experiência de *fazer laudos*, como a produção de etnografia, envolve o diálogo com um debate interno e externo à academia. As questões postas por essa determinada práxis antropológica, sejam elas vindas ou não dos/as antropólogos/as, são originadas de um quadro complexo de interações entre diversos agentes e constituem desafios instigantes para explicação. Ela enxerga o exercício das perícias e laudos como um *processo etnográfico*, que inclui o “pré-campo”, a “ocasião etnográfica” e o “pós-ocasião etnográfica”. Suas referências são as propostas de Pels e Salemink (1999, p. 12) de pensar “a etnografia como um processo prático, antes que como um texto ou método ideais”.

Parto de alguns conceitos que os autores colocaram e que me são extremamente pertinentes; são eles: *pré-campo*, *ocasião etnográfica* e *tradição etnográfica* (p. 13). Por meio desses conceitos poderei dar espaço a perspectiva de pensar os laudos como uma específica modalidade de produção que é precipuamente antropológica, ou seja, que tem sua origem e finalidade inscritas nesta área de produção de conhecimento técnico-científico que é a Antropologia. (SILVA, 2015, p. 146)⁵

Esse processo é formulado pela autora, em termos temporais, como três momentos que estão concatenados e se complementam, conformados como um “antes”, “durante” e “depois” de “estar no campo”. (SILVA, 2015, p. 148-149) A experiência de *fazer laudos* é marcada por situações etnográficas que vão se configurando ao longo do tempo, a partir de uma série de questões que envolvem a feitura deste produto/processo. Todo novo relatório/laudo antropológico que é iniciado desencadeia um novo *processo etnográfico*.

5 Em um artigo publicado em 2003, Alexandra Barbosa da Silva explica que, para Pels e Salemink, o lugar da produção do conhecimento antropológico por excelência é a academia, mas que nem sempre a produção dos conceitos antropológicos se deu em ambiente acadêmico. Eles percebem a etnografia como um processo prático dividido analiticamente em três fases. O pré-campo é todas as relações e lugares que precondicionam a etnografia; a ocasião etnográfica é o campo propriamente dito, onde e quando ocorre o contato entre o etnógrafo e os pesquisados; tradição etnográfica é os textos que compõe o acervo da disciplina, os quais, segundo Pels e Salemink, “tendem a obscurecer o que os contextualiza”. (SILVA, 2003, p. 26)

Nesses processos, os/as antropólogos/as lidam, mesmo antes do trabalho direto com os grupos pesquisados, com uma multiplicidade de estímulos, pressões, tensões, conflitos, expectativas, cobranças e vozes que constituem também o “trabalho de campo” e devem ser apresentadas no produto escrito, o laudo/relatório⁶. Segundo a autora, a escrita é parte da etnografia e acaba “cristalizando um pensamento” (o qual, ao ser registrado por escrito, acaba adquirindo vida própria), sedimentando e “equacionalizando”, no texto, as diversas vozes dos atores envolvidos. (SILVA, 2015, p. 150) Quando o laudo passa a ser de domínio público, adquire certa autonomia em relação a seu/sua autor/a; no entanto, todo ato que seja decorrente do texto etnográfico que permanece envolvendo o antropólogo-autor continua a formar parte de um mesmo processo, implicando diretamente o antropólogo-perito. Daí a continuidade desse processo etnográfico que vai além do laudo antropológico em si, do objeto. É como se, conforme me disse uma antropóloga certa vez, “os laudos ganhassem vida, circulassem e fugissem do controle”.

Mas do que simplesmente uma noção a mais, o processo etnográfico, portanto, incluiria o pré-campo, a ocasião etnográfica e o pós-ocasião etnográfica; assim, a ocasião etnográfica se conformaria como um eixo, em torno do qual todos os outros elementos girariam. Esta noção, portanto, se mostraria válida para qualquer produção de um/a antropólogo/a. O que seria específico dos laudos é que a presença, e mais ainda, os interesses de nossos interlocutores, no pós-ocasião etnográfica, se colocam de modo mais marcante para o antropólogo-perito do que no caso do antropólogo estritamente acadêmico; eles estão, assim, na própria base do laudo. E ainda mais: em última instância, no caso dos laudos, qualquer interesse do antropólogo (em sua motivação de conhecimento sobre o seu objeto⁷) fica subjugado àquele(s) interlocutores. Resumindo, o tipo de tensões, expectativas e cobranças engendradas pela disputa objeto do laudo é específico desta produção etnográfica, o laudo. (SILVA, 2015, p. 151)

6 “O corolário aqui é, quase em regra, fazer pesquisa em uma situação de conflito explícito – o que, por sua vez, traz efeitos bastante específicos: tensões e pressões sobre essa mesma pesquisa em campo e sobre o seu resultado. No caso dos processos administrativos, diversamente, essa pressão se apresenta mais difusa, de parte do grupo demandante, se dando principalmente para uma conclusão rápida do laudo (o *relatório*), de forma que a posse do território possa advir o mais rápido possível”. (SILVA, 2015, p. 148)

7 Consta no original uma nota de rodapé em que autora explica que tomou esse termo de modo genérico e não pensando nas pessoas como “objeto” (inanimado).

Para Silva, cada *processo etnográfico de fazer laudo* não pode ser pensado enquanto uma unidade de análise com limites em si mesma, de forma isolada. Mas é possível que cada processo seja tomado como uma situação que proporciona ao antropólogo/a experiências que se acumulam, se atualizam e se aprimoram continuamente (a “bagagem experiencial de um antropólogo”), além de suscitar determinadas questões merecedoras de reflexões de natureza teórico-metodológica (e também ética). Assim, considera-se a etnografia como um “processo prático” em que as ações e atuações dos/as antropólogos/as tem tanta importância quanto o texto etnográfico em si. (SILVA, 2015, p. 151)

[...] Efetivamente, tanto “a Antropologia” quanto “o antropólogo” são constituídos (como imagem e como percepção) também a partir dos nossos rastros, deixados nas pessoas e nos grupos estudados. As impressões que produzimos fazem com que as pessoas vão formando uma ideia sobre o que é “o antropólogo” e o que ele faz. Assim, essa imagem depende de vários aspectos – como a trajetória do/a pesquisador/a, a experiência que constrói e acumula, e também de características pessoais. Mas o que para mim importa muito observar é que o nosso trabalho está sendo continuamente avaliado por essas pessoas, e que os nossos rastros criam um caminho – que cada novo antropólogo irá percorrer por ele próprio, muito provavelmente retrazando-o, mas recebendo uma herança [...]. (SILVA, 2015, p. 156)

Ao tratar os laudos “[...]” como uma específica modalidade de produção que é precipuamente antropológica, ou seja, que tem sua origem e finalidade inscritas nesta área de produção de conhecimento técnico-científico que é a Antropologia” (SILVA, 2015, p. 146), as ideias da autora me pareceram propositivas, desenhando um caminho teórico-metodológico para uma apreensão etnográfica deste objeto particular: os laudos antropológicos. O meu interesse em estudar a questão quilombola pelo prisma do reconhecimento territorial adviu da minha formação acadêmica e trajetória profissional. Como sou servidor de carreira do Incra desde 2004 e coordenei a produção de mais de 30 laudos antropológicos no Rio Grande do Norte e na Bahia, eu tinha a dimensão que o Incra estava fomentando, através deste trabalho, importantes e iné-

ditas pesquisas sobre a questão quilombola no Brasil e queria aproveitar esse material como objeto de estudo⁸.

Os laudos cumprem a função de instruir os processos administrativos de regularização fundiária, mas constituem-se também em documentos que podem ser objeto de pesquisa para várias áreas do campo das Ciências Humanas e Sociais. Assim, a minha pesquisa de doutorado buscou privilegiar mais a minha experiência profissional, o meu aprendizado ao longo desses anos e o meu posicionamento no campo. Fui percebendo que o meu lugar institucional me daria condições de tomar o próprio processo de produção dos laudos antropológicos como objeto de análise.

Inspirando-me nas proposições de Silva (2015), formulei um método de descrição e análise dos laudos antropológicos de identificação e delimitação territorial quilombola na Bahia, de 2003 a 2018. Não quis simplesmente aplicar as categorias de “pré-campo”, “ocasião etnográfica” e “pós-ocasião” à minha pesquisa, assim elaborei, a partir delas, as minhas próprias, reformulando-as e incorporando novos elementos à luz dos meus dados e de outras referências teóricas. A minha perspectiva de tomar os laudos antropológicos como um processo etnográfico, pensado em termos temporais, com momentos concatenados e complementares que se inter-relacionam, ensejava um método que não levasse em consideração os relatórios como uma unidade de análise isolada, mas que me permitisse fazer uma leitura processual de sua elaboração. Eu me propus a realizar entrevistas com os/as antropológos/as para fomentar a reflexividade antropológica sobre as experiências do fazer laudos e lançar mão da etnografia documental. Foi então que forjei as categorias de “contexto”, “texto”, “subtexto” e “pós-texto” para apreender os *processos etnográficos* de produção dos laudos antropológicos.

8 Tenho graduação em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e fiz também o mestrado em Geografia pela UFBA, estudando a produção do espaço em projetos de assentamento de reforma agrária. Em 2004, após aprovação em concurso público, fui nomeado para um cargo de nível superior do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Desde então, tenho acompanhado as ações de regularização fundiária dos territórios quilombolas, seja na condição de gestor, seja na condição de membro das equipes técnicas interdisciplinares que elaboram os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação dos Territórios Quilombolas (RTIDs). Nesta trajetória aproximei-me da Antropologia, a partir da convivência diária com antropológos/as, do acompanhamento de seus trabalhos de campo, de reuniões de trabalho periódicas e da leitura de seus textos. A minha posição institucional de gestor me colocou na responsabilidade de tomar muitas e distintas decisões quanto aos laudos/relatórios antropológicos em elaboração. Todo esse contexto profissional me demandou estudar Antropologia e me especializar, o que me levou ao Doutorado em Antropologia na UFBA, tomando como objeto de pesquisa a própria práxis antropológica para a produção dos laudos antropológicos.

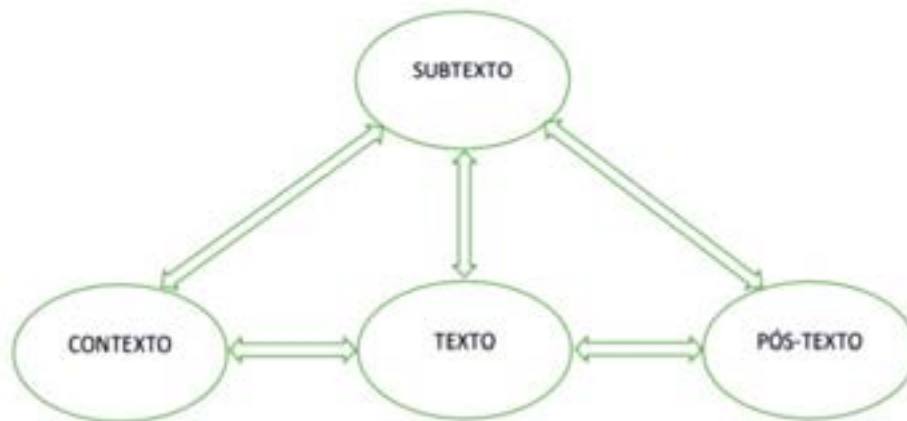
CATEGORIAS ANALÍTICAS DA PESQUISA: CONTEXTO, TEXTO, SUB-TEXTO E PÓS-TEXTO

O que denominei como “contexto” do *processo etnográfico* de produção dos laudos refere-se às questões que estavam postas ao/à antropólogo/a (e à equipe técnica como um todo), previamente, no início da produção da pesquisa propriamente dita, e àquelas que condicionaram o contato direto da equipe técnica com as comunidades quilombolas (e com outros agentes) e a redação dos laudos. O contexto é assim o cenário (as circunstâncias) que conformou os laudos da forma em que foram textualizados. Pensei essa categoria para, retrospectivamente, descrever e analisar os estímulos, pressões, tensões, conflitos, expectativas, cobranças e vozes que constituíram também o “trabalho de campo”, nas palavras de Silva (2015). São questões que, direta ou indiretamente, influenciaram a produção dos laudos; porém, via de regra, não estão explícitas neles. Mas não são apenas essas as questões. Considerei ainda como “contexto” a forma de execução dos laudos (o modelo burocrático de sua elaboração); como se deu a escolha da equipe técnica; a sua formação acadêmica (sobretudo dos/as antropólogos/as) e a *expertise* dos profissionais que o executaram; as condições do trabalho de campo; as escolhas/construções metodológicas que fizeram; e o quadro político-jurídico-normativo que estava em vigor. Todos esses pontos, entre outros, configuraram um certo ambiente que influenciou a entrada da equipe técnica no campo, a condução da sua pesquisa, a interpretação dos dados e a escrita etnográfica. O que denominei de “texto” refere-se à análise dos próprios laudos em si (o “produto” escrito), ou seja, o texto etnográfico. Não é um texto pautado pelos interesses genuínos da pesquisa acadêmica, cujos objetivos, em geral, restringem-se ao projeto do/da pesquisador/a. Ao contrário, é um texto “encomendado”, cujos objetivos são previamente estabelecidos pela agência que o contratou e é voltado para atender uma demanda posta pela realidade social. É elaborado, via de regra, com a colaboração atenta dos interessados, escrito para determinados leitores, que não os pares acadêmicos, e com determinado propósito de reconhecimento de direitos territoriais. Por seu caráter “técnico”, espera-se dele uma linguagem objetiva e didática, o cumprimento das exigências normativas legais e uma justificativa convincente para o Estado designar parte do território nacional para um grupo social. (SANTOS, 2019b, p. 180) Pensei a categoria do “texto” para descrever e analisar a estrutura narrativa dos laudos, que se constituem, nos termos de O’Dwyer (2005), como resultado de uma mistura de gêneros textuais (de pesquisa e de laudos). A tecnicidade dos textos nem de longe os afasta da cientificidade. Privilegiei, por-

tanto, através dos laudos, descrever quais os aportes teóricos mais acionados pelos autores e como foram operacionalizados no caso concreto para justificar o pleito territorial; quais suas estratégias narrativas; quais foram os argumentos mais utilizados; como as diferentes estratégias metodológicas e posicionamentos teóricos contribuíram para a produção dos dados etnográficos; como se deu o diálogo interdisciplinar e as contribuições de outras áreas do conhecimento; e como os laudos foram construídos e estão sendo organizados. Fui percebendo que havia questões de fundo as quais os laudos se propunham a responder e/ou que condicionavam a sua produção. As discussões de Bruner (1986) foram importantes no sentido de pensar que os textos etnográficos são guiados por uma narrativa implícita e um padrão narrativo⁹. Essa narrativa implícita denominei de “subtexto”, como uma categoria para dar conta das nuances que fazem parte do “processo etnográfico”, mas que, muitas vezes, não são informadas explicitamente, não sendo possível a sua apreensão pela simples leitura dos textos (dos laudos). Trata-se, por exemplo, das perspectivas teóricas dos autores e dos motivos da escolha de certos conceitos e categorias analíticas; das implicações da formação acadêmica dos autores e suas experiências prévias de pesquisa e trabalho; das opções metodológicas que fizeram em detrimento de outras e as relações interdisciplinares que privilegiaram, operaram ou descartaram; da forma como se deu o relacionamento dos vários atores implicados, inclusive com os outros membros da equipe técnica; da “equacionalização” das diversas narrativas sobre as origens das comunidades quilombolas; da solução encontrada para a construção de uma ideia de alteridade e distintividade das comunidades quilombolas; das narrativas que foram mais enfatizadas; dos argumentos que os relatórios rebateram ou confirmaram; das mudanças de orientações jurídico-normativas; das condições do trabalho de campo e da forma de contratação das equipes (e como esses fatores influenciaram a pesquisa); dos conflitos, pressões e tensões de toda ordem. São, portanto, questões que estão por detrás do texto propriamente dito; questões de fundo que ajudam a entender as escolhas textuais dos sujeitos.

9 Bruner (1986) pesquisou a produção etnológica sobre a mudança cultural dos índios norte-americanos e mostrou como as etnografias são guiadas por uma estrutura narrativa implícita (a estória, o discurso e o contar). Ele analisa que a estória dominante na etnologia norte-americana dos anos 1930 até início dos anos 1970 era marcada pela ideia da assimilação e aculturação, sendo a tarefa da Antropologia descrever as tradições autênticas, antes que elas desaparecessem. A partir dos anos 1970, a estória passou a ser marcada pela ideia de etnicidade, pensando os indígenas como povos que resistiram (retórica da resistência). (LIMA; BARRETTO FILHO, 2005, p. 83-84) Um padrão narrativo tem a ver com a organização textual presidida por supostos, ainda que vagos, através dos quais se conta sempre a mesma estória (ou argumento), operando como um script a partir do qual se atua e se improvisa. (LIMA; BARRETTO FILHO, 2005, p. 97)

Figura 1 – Processo etnográfico de produção dos laudos antropológicos: categorias analíticas



Fonte: Elaborado por Flavio Luis Assiz dos Santos (2019).

O prefixo “sub” da expressão subtexto não conota algo menor, hierarquicamente inferior, mas refere-se a determinadas circunstâncias que influenciaram a tomada de decisões políticas, técnicas e a adesão a certas opções teórico-metodológicas que orientaram a elaboração do texto e o desenvolvimento do argumento central que deu sentido aos dados. Na pesquisa, a categoria “subtexto” foi analisada, sobretudo associada ao “texto”, mas os subtextos aparecem também subjacentes às outras categorias analíticas (contexto e pós-texto). No *processo etnográfico* de produção dos laudos, as questões subtextuais estão presentes em todas as situações etnográficas vivenciadas. O que denominei de “pós-texto” refere-se às consequências da produção dos laudos após a sua publicação, sobretudo no âmbito da Administração e do Judiciário. É a apreensão das questões relativas ao que aconteceu quando o texto ganhou certa autonomia em relação ao/a seu/sua autor/a e passou a ser de domínio público, nas palavras de Silva (2015), ou quando o texto passou a “circular”, nas palavras de um dos antropólogos com quem conversei. Considerarei como “pós-texto” também as consequências que a própria experiência do *fazer laudos* trouxe para a vida acadêmica e profissional dos/as autores/as e para o fomento de uma agenda de pesquisas relacionada à questão quilombola¹⁰. Uma outra possibilidade de análise pós-textu-

¹⁰ Chagas (2005) escreve sobre as consequências do próprio processo de perícia nas comunidades quilombolas. A autora diz que as comunidades quilombolas reiteradamente encaram as perícias antropológicas como um espaço, um meio de “transmitir” e “testemunhar” suas próprias perspectivas, suas experiências históricas, suas lutas em defesa de seus direitos e o que as levaram a buscar o reconhecimento oficial de seus territórios, constituindo-se como momento único na história das comunidades que esperam ter os seus pleitos reconhecidos pelo Estado, ou seja, que surtam “efeitos jurídicos”. Segundo ela, os laudos são instrumentos apropriados pelos quilombolas e que apresentam “múltiplos sentidos” quando

al seria o estudo das repercussões que os laudos suscitaram nas próprias comunidades quilombolas que foram objeto da identificação e delimitação territorial. Todavia, não me propus a tomá-la como objetivo da pesquisa, o que implicaria fazer o trabalho também junto às comunidades quilombolas. Portanto, restringi-me aos documentos, aos laudos e a seus/suas autores/as. Pensei a categoria do “pós-texto” para descrever e analisar os atos/ações/reações/efeitos/decisões decorrentes do texto (laudo) publicado no tocante aos procedimentos administrativos e judiciais do qual ele faz parte e seus desdobramentos, tais como as contestações, contralaudos e manifestações de órgãos públicos. Foi possível ainda apresentar como a formação acadêmica e as trajetórias profissionais de muitos autores foram influenciadas pelo “trabalho com os laudos” e contribuíram para a conformação de um mercado de trabalho e um campo de pesquisas. A descrição e a análise do pós-texto permitiram que eu procedesse a uma reflexão sobre os efeitos dos laudos e a relevância dessa prática profissional. Cada laudo, após publicado, percorre um caminho diferente no bojo da Administração (e do Poder Judiciário, em caso de judicialização) que dependerá das (re) ações que ele ensejará frente aos atores sociais afetados e/ou interessados. Como analisei em Santos (2019b), os laudos trazem grandes repercussões na vida social dos grupos quilombolas pericliados, uma vez que subsidiam inúmeras intervenções públicas (e privadas) e contribuem para reposicionar essas comunidades no âmbito das correlações de poder instituídas e perante o próprio Estado. O “pós-texto” é, pois, parte fundamental da apreensão do *processo etnográfico* de produção dos laudos. O “texto” muitas vezes já antecipa o “pós-texto”. Na textualização de um laudo antropológico quase sempre se conjectura algumas prováveis reações ao texto (como contestações administrativas, judiciais, de movimentos sociais ou de órgãos públicos).

são chamados para entrar na “História” dessas comunidades. As comunidades quilombolas conferem aos estudos antropológicos um caráter de “documento decisivo”, que ensejam um reposicionamento desses grupos sociais em face a uma maior possibilidade de serem ouvidos, de se expressarem, de apresentarem suas visões de mundo, seus problemas e suas proposições em espaços institucionalizados, além de se apropriarem de informações e saberes até então não disponíveis. O laudo passa então a ser um documento que é um meio para a garantia de um direito e que inscreve, no mundo das palavras, as histórias até então restritas ao mundo da oralidade, tendo um efeito importante para os próprios grupos. É muito recorrente, por exemplo, os laudos serem chamados, pelos quilombolas, de “o livro do Incra”. Uma pesquisa que levasse em consideração os seus usos pelas comunidades quilombolas e seus efeitos políticos, sociais, pedagógicos e identitários para esses grupos sociais seria um dos desdobramentos possíveis dessa tese.

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E ÉTICOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa consistiu em realizar uma descrição e análise das características dos laudos antropológicos de identificação e delimitação territorial quilombola na Bahia; das questões teórico-metodológicas; dos dilemas ético-políticos; dos problemas e consequências que emergem da sua produção. Segundo dados do Incra, de 2003 a 2018, foram produzidos e publicados 278 laudos de identificação e delimitação de territórios quilombolas, elaborados sob diferentes modalidades de execução: convênios, contratos, execução direta, termos de cooperação técnica, doações etc. A Superintendência Regional do Incra na Bahia foi a que mais produziu (e publicou) laudos nesse período, totalizando 37 laudos divulgados, constituindo-se, assim, num importante locus para a pesquisa devido a quantidade e diversidade de experiências. Desta forma, o trabalho partiu dos 37 laudos publicados na Bahia que estavam à minha disposição como fonte de pesquisa. Não fui autor de nenhum deles (embora tenha participado direta ou indiretamente da elaboração de quase todos), portanto, não se tratou de fazer uma espécie de autoetnografia. Era necessário um método para descrever e analisar, com distanciamento temporal, aqueles laudos elaborados por agentes com os quais convivi. Na pesquisa, só levei em consideração os laudos financiados e produzidos pelo Incra. Por isso, minha delimitação temporal tem início em 2003, ano em que a autarquia agrária recebeu a responsabilidade quanto aos procedimentos da regularização fundiária dos territórios quilombolas (através do Decreto 4.887), e segue até 2018. Com essa temporalidade, cobri um período de 15 anos de atuação no Incra/BA¹¹. Procedi a leitura de todos os relatórios publicados na Bahia após 2003 e selecionei 3 para aprofundamento descritivo e analítico, cujos *processos etnográficos* apresentei na minha tese de doutorado. Para a seleção dos laudos escolhi como critérios:

1) Data de produção, com vistas a considerar laudos feitos em diferentes momentos desses 15 anos de atuação no Incra e produzidos sob diferentes contextos normativos (instruções normativas); Antes de 2003, os laudos eram financiados e produzidos pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura.

2) Autorias diferentes, a fim de conceber laudos escritos por autores/as distintos/as e com formação em diversas universidades;

11 Antes de 2003, os laudos eram financiados e produzidos pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura

3) Distintas modalidades de execução, com vistas a considerar laudos produzidos sob distintos modelos burocráticos de contratação da equipe técnica e de viabilização do trabalho;

4) Facilidade de acesso ao/a antropólogo/as autor, para viabilizar a pesquisa.¹²

Em função desses critérios, os relatórios selecionados para a pesquisa foram:

Quadro 1 – Laudos selecionados para a pesquisa

	Comunidade(s) Quilombolas(s)	Autores	Ano da conclusão	Instrução Normativa	Modalidade de Execução ¹³
1	Parateca e Pau D'Arco	Guiomar Germani, Gilca Oliveira, Val- dêlio Silva, Genny Ayres, Cirlene Santos, Eloina Matos, Gilsely Santana e Paula Santos	2006	Nº16/2004	Convênio Incra/ Fapex/UFBA/UNEB
2	Velame	Diana Anunciação	2009	Nº49/2008	Convênio Incra/FA- SEC/Sepromi
3	Caonge, Calembá, Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia	Breno Trindade, Mariana Balén e Poliana Reis	2014	Nº 57/2009	Contrato Incra/Eco- dimensão Ltda

Fonte: Elaborado por Flavio Luis Assiz dos Santos (2019).

Para apreender o *processo etnográfico* de cada laudo, precisei fazer uma etnografia retrospectiva, tomando como referência as categorias analíticas apontadas acima. Preferi pesquisar somente os laudos publicados em função de eles serem parte integrante de processos administrativos. Assim, não seria recomendável publicizar numa tese informações de laudos que ainda não foram devidamente aprovados, complementados e publicados pelas instâncias competentes. Uma etnografia dessa natureza me colocou o desafio de conseguir recuperar as situações etnográficas conforme cada caso e ter acesso aos principais agentes envolvidos nas etapas do processo de produção dos laudos, para que eu pudesse delinear os seus contextos, os seus pós-textos e os seus subtextos, o que não pôde ser feito somente com a leitura dos laudos em si (dos textos). Daí

12 Seria mais difícil e custoso fazer a pesquisa com antropólogos/as que não residem em Salvador e/ou com os quais eu tivesse menos proximidade para conversar. Em alguns casos foram necessárias várias conversas, o que implicava a disponibilidade dos/as mesmas/as para a pesquisa.

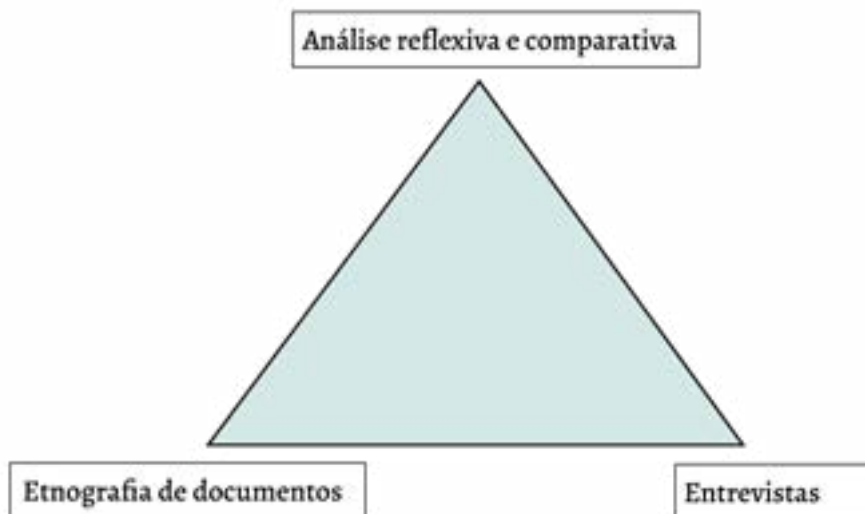
13 As modalidades de execução dizem respeito ao arranjo burocrático-administrativo que viabilizou a elaboração do laudo. São elas: convênios, contratos, doações, termos de cooperação e execução direta.

a importância da etnografia de documentos e das entrevistas com os/as antropólogos/as (e outros agentes) na pesquisa.

O caminho metodológico para traçar o *processo etnográfico* de produção dos laudos, de forma efetiva, baseou-se num tripé que envolveu: a) uma etnografia de documentos; b) entrevistas com os/as antropólogos/as autores/as (e outros agentes); e c) uma análise reflexiva e comparativa do *processo etnográfico* de produção dos laudos. Vale ressaltar que as reflexões dos meus/minhas interlocutores/as sobre suas experiências ocorreram após um lapso temporal significativo, sendo, portanto, interpretações que foram, via de regra, estimuladas pela minha pesquisa e elaboradas com um distanciamento das situações sociais vivenciadas durante o processo de produção dos laudos. Esta pesquisa foi também parte do pós-texto dos laudos.

Giumbelli (2002) aponta uma concepção mais ampla e aberta da investigação etnográfica, expandindo a ideia de “trabalho de campo” na antropologia. Segundo ele, devido à natureza e às situações de pesquisa com que os antropólogos se deparam hoje, deve ser buscada uma variedade de fontes, “[...] cuja pertinência é avaliada pelo acesso que propiciam aos ‘mecanismos sociais’ e aos ‘pontos de vista’ em suas ‘manifestações concretas’”. (GIUMBELLI, 2002, p. 102) Como diz, há situações etnográficas em que essas fontes são exatamente os documentos, como no caso desta pesquisa.

Figura 2 – Tripé metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado por Flavio Luis Assiz dos Santos (2019).

Os documentos, como considera Riles (2006), são como artefatos paradigmáticos das práticas de conhecimento moderno. Segundo Teixeira (2014), é

preciso compreender as condições de produção de cada um desses artefatos (simultaneamente como objeto etnográfico, orientação metodológica e categoria de análise) e o tipo de conhecimento que comportam e pretendem. Esse é um dos desafios postos pela e para a etnografia contemporânea. Os documentos são fontes inesgotáveis ao escrutínio etnográfico e, no âmbito das instâncias estatais, ocupam lugar de relevo, sendo impossível fazer uma etnografia neste contexto sem considerar a grande quantidade e os diferentes tipos de documentos que são produzidos. A etnografia de documentos, de acordo com Vianna (2014, p. 47), implica considerá-los como peças etnográficas.

Defendo assim, que levar a sério os documentos como peças etnográficas implica tomá-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte – como fabricam um “processo” como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores – quanto por aquilo que conscientemente sedimentam. Quando digo conscientemente não suponho intenções pré-fabricadas, mas tão somente a presença constante dos constrangimentos que lhe são inerentes como documento: algo que se verá um destino, sob forma de sentença final; que ficará arquivado, podendo ser consultado, mediante condições específicas, por diferentes atores em diferentes momentos; que exige daqueles que produzem, alinham e acumulam seus fragmentos o compromisso com o efeito de coerência que deve ser sentido em seu conjunto. Sua obrigação presumida de ser algo que deve permanecer e durar, dada, antes de mais nada, por seu caráter de “documento”, percorre, desse modo, todo o seu processo de confecção e seus múltiplos e variados tempos.

Os laudos de identificação e delimitação territorial, no bojo de um procedimento administrativo de regularização fundiária, são peças técnico-científicas norteadoras das intervenções estatais, adquirindo um papel de destaque. Dessa forma, levando a sério o que “dizem os documentos”, tive como premissa que os laudos também são “documentos” que produzem efeitos na vida social e sedimentam uma determinada realidade quilombola. Além dos laudos, foram utilizados na pesquisa vários outros documentos, produzidos pelo Incra, para regulamentar as atividades de identificação e delimitação dos territórios quilombolas, tais como instruções normativas, normas de execução, memorandos, ofícios, atas de reuniões, notas técnicas, termos de referência de editais de licitação, pareceres técnicos e jurídicos, entre outros.

Muitos agentes estão implicados na produção de um laudo de identificação e delimitação territorial; todavia, sem dúvida, os/as antropólogos/as são os/as interlocutores/as mais qualificados/as para resgatar a história de cada laudo e as situações etnográficas que ocorreram devido ao protagonismo que quase

sempre assumem. Em muitos casos, eles/elas inclusive ocupam o lugar duplo de etnógrafo e burocrata (a exemplo dos/as antropólogos/as de carreira do Incra). Conversamos sobre as questões, os problemas, as dificuldades, os caminhos traçados, os desafios, as decisões tomadas, as opções teóricas e metodológicas, os diálogos interdisciplinares, as relações estabelecidas, os constrangimentos, as pressões, as tensões, os conflitos e os diversos fatos etnográficos que ocorrem ao longo do processo de realização da pesquisa, da escrita do relatório e após a sua conclusão e publicação. Fiz entrevistas semiestruturadas, confrontando as informações dos laudos (e de outros documentos) com a experiência etnográfica, pessoal e intransferível dos/as antropólogos/as (e outros agentes) que os produziram. Foram suscitadas reflexões e autorreflexões sobre o seu texto (laudo) e sua prática, resgatando os elementos que compuseram o cenário contextual, textual e pós-textual e buscando identificar os subtextos que orientaram a escrita.

A técnica da entrevista nesta pesquisa não foi praticada em seu caráter clássico, como muitas vezes aprendemos nos manuais. Cada “entrevista” configurou-se como um espaço de um verdadeiro diálogo etnográfico, uma vez que tratamos de questões com as quais eu tinha muita familiaridade, já que participei como técnico e/ou gestor na produção dos laudos. Ademais, tenho relações de amizade e/ou profissionais com muitos dos/as entrevistados/as. O meu papel não se limitou a “fazer perguntas”, mas a provocar reflexões e participar ativamente dos diálogos. Tivemos longas conversas em que pudemos resgatar várias situações e fatos que ocorreram em cada caso e também refletir, desdobrando-se em novas perguntas e em novas reflexões. Muitas vezes, os diálogos não se deram em momentos formalmente chamados de “entrevistas”, aconteceram informalmente em “conversas de corredores”, em reuniões de trabalho e em debates nos eventos científicos.¹⁴

Antes de cada entrevista formal, eu fiz uma exposição do objeto e dos objetivos da pesquisa e solicitei autorização para gravar a conversa, sendo que não houve nenhuma objeção. Em geral, as conversas foram marcadas pela descontração. Os/as antropólogos/as (e outros agentes) mostraram grande interesse pelas questões da pesquisa, salientando a sua importância. Alguns disseram que não tinham ainda “pensado” sobre algumas questões perguntadas, e outros/as disseram que a entrevista lhes suscitou reflexões novas sobre temas já pensados. Quase sempre as conversas foram finalizadas com a sinalização da disposição para outras conversas, o que ocorreu na maioria dos casos. Realizar uma segun-

14 Utilizei a estratégia de fazer algumas entrevistas durante os eventos científicos da área de Antropologia, e alguns/algumas antropólogos/as inclusive assistiram a minha apresentação nesses eventos, comentando sobre o trabalho.

da entrevista com o/a antropólogo/a em outro momento da pesquisa foi fundamental para o amadurecimento das reflexões, a formulação de outras questões, o levantamento de novos dados e a complementação de informações.

Foi uma pesquisa em que tive a oportunidade de fazer muitas entrevistas, realizadas em diversos locais (em órgãos públicos, na residência dos/as entrevistados/as, em eventos científicos, em livrarias, bibliotecas e restaurantes). Em alguns casos, a conversa continuou por e-mails, pelo telefone e através da troca de mensagens pelo aplicativo WhatsApp. Elas ocorreram basicamente entre 2016 e 2019, período do doutorado, mas utilizei também entrevistas realizadas antes do meu ingresso no curso, quando ainda estava esboçando o projeto de tese. Foram 43 entrevistas gravadas, totalizando mais de 63 horas de conversas, principalmente com antropólogos/as, mas também com geógrafos/as, agrônomos e gestores públicos que estiveram envolvidos neste trabalho de produção dos laudos.

A minha condição de um insider nesse campo de atuação profissional me trouxe facilidades e dificuldades. A facilidade principal, por óbvio, foi o acesso às informações e aos agentes envolvidos nos respectivos processos. Na prática, a minha observação-participante, ou melhor, minha participação-observante, começou desde meu ingresso no Incra e, quando iniciei o doutorado, muitos dados já tinham sido levantados (mas não sistematizados) e as relações pessoais com os interlocutores da pesquisa estavam estabelecidas. Pude ter um longo tempo de “trabalho de campo” e retomar as minhas próprias memórias e anotações de “conversas de corredores” como *corpus* da pesquisa. Fiz, pois, uma etnografia a partir de uma perspectiva “de dentro”.

Esta situação privilegiada me impôs cuidados éticos. Não utilizei nenhum documento cuja circulação fosse apenas interna ao Incra ou cuja redação ainda estivesse em elaboração. Os que utilizei, como processos administrativos, foram as instruções normativas e notas técnicas, que são documentos públicos, disponíveis para toda a sociedade. Apenas levei em consideração os laudos formalmente publicados, que já haviam passado, portanto, por todas as tratativas e instâncias internas decisórias e submetidos ao contraditório. Não publicizei informações que já não fossem públicas. Outro cuidado importante foi não expor os meus/minhas interlocutores/as, trazendo a público conflitos interpessoais e profissionais, inerentes a qualquer organização e relação profissional. A questão da identificação dos/as meus/minhas interlocutores/as não foi um problema para mim. Todos os laudos são publicados com a identificação dos/as seus/suas autores/as. Portanto, mesmo que eu quisesse, não seria possível manter o anonimato. Ademais, no caso da minha pesquisa, a autoria foi um dos dados mais relevantes da análise.

A principal dificuldade adveio, justamente, da principal facilidade: fazer o “estranhamento” daquele universo que me era, por demais, familiar. Para

“transformar o familiar em exótico”, nos termos e nas proposições de DaMatta (2010), tive que realizar um afastamento e assumir, com muita vigilância, a postura antropológica de problematizar ações, palavras, condutas, estratégias, conceitos, atitudes, teorias, métodos, orientações, consensos, dissensos, acordos e controvérsias que povoam o mundo da *práxis* da identificação e delimitação de territórios quilombolas. Esse afastamento, embora difícil e nunca completo, como ensina DaMatta, é possível à medida em que submetemos um conjunto de problemas ao escrutínio da razão, conduzindo a reflexão para a dúvida antropológica e pressupondo que o “familiar” não é necessariamente o “conhecido”. Estar num Programa de Pós-Graduação em Antropologia, sendo orientado por uma antropológa que, inclusive, já elaborou laudos antropológicos e fora servidora do Incra;¹⁵ fazer leituras de outras etnografias cujas problemáticas se assemelhavam às minhas; e participar de eventos acadêmicos, submetendo-me às críticas e recebendo as sugestões de meus pares, foram fundamentais para o meu exercício de distanciamento epistemológico.¹⁶ E o fato de, durante o doutorado, ter ficado fisicamente afastado das minhas funções profissionais, em virtude de uma licença para pós-graduação, contribuiu sobremaneira para isso. Durante toda a pesquisa, utilizei um diário em que foram anotadas todas as informações do trabalho de campo e as próprias memórias sobre a minha trajetória profissional no Incra. Esse diário começou a ser escrito mesmo antes do meu ingresso formal no Doutorado e constituiu-se num importante instrumento para me auxiliar a fazer o distanciamento e as análises desta pesquisa.

Outra dificuldade importante teve relação com as ingerências dos/as meus/minhas interlocutores/as na minha pesquisa e um possível “mal-estar” que eu poderia gerar caso caísse na armadilha de me propor a fazer uma avaliação dos laudos. Sempre deixei muito claro para todos/as que a minha pesquisa não tinha o propósito de fazer um juízo de valor sobre os laudos e classificá-los como melhores ou piores, bons ou ruins. Tampouco considerar determinada orientação teórica ou estratégia metodológica a mais adequada para se produzir um laudo de identificação e delimitação territorial quilombola. Do ponto de vista institucional, todos os laudos pesquisados foram devidamente apreciados pelos setores competentes da autarquia agrária e de outras instâncias do Governo

15 A antropológa Ana Paula Comin de Carvalho, que orientou esta tese, é autora dos laudos antropológicos das Comunidades Quilombolas da Família Silva (2004) e Manoel Barbosa (2005/2006), no Rio Grande do Sul. Entre 2006 e 2010 atuou como antropológa de carreira na Superintendência Regional do Incra/RS. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

16 Durante o período do doutorado participei dos seguintes eventos científicos: a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia de 2016, em João Pessoa/PB; a XII Reunión de Antropolgía del Mercosur de 2017, em Posadas/Argentina; o Seminário Laudos, Questões Territoriais & Direitos Humanos: Antropologia em Ação, ocorrido em Belém/PA, em 2018; o 18th IUAES World Congress de 2018, em Florianópolis/SC e a 31ª Reunião Brasileira de Antropologia de 2018, em Brasília/DF. Em todos eles apresentei os resultados parciais desta tese em Grupo de Trabalho e/ou participei de debates “entre pares”.

Federal (que os aprovaram sem ressalvas) e cumpriram os fins a que se destinaram. As minhas análises e críticas tiveram um caráter estritamente acadêmico. O meu esforço foi buscar, conforme ensina Ingold (2015, p. 344-345), um certo afastamento deste universo da práxis antropológica do “fazer laudo” no qual estou imerso profissionalmente, para poder, retrospectiva e comparativamente, levantar questões de natureza contextual, textual, pós-textual e subtextual que ocorreram no processo de produção dessas peças técnico-científicas na Bahia e articular isso com a teoria antropológica. Dessa maneira, utilizei-me da própria etnografia para pesquisar o fazer etnográfico.

Recorrentemente, fui interpelado pelos meus/minhas interlocutores/as com sugestões a respeito da minha pesquisa, oferecendo-me indicações bibliográficas, enfoques analíticos e manifestando interesse em vê-la logo concluída (“eu quero ler a sua tese”). Durante as entrevistas, fiquei, muitas vezes, com a sensação de que o diálogo se encaminhava para uma espécie de orientação de pesquisa, numa tentativa de influenciar os seus rumos (escutei frases do tipo: “isto que você esta me perguntando é a sua pesquisa que deverá responder”; “isso é uma coisa que você tem que explorar muito”; “você deveria pesquisar somente os relatórios terceirizados”; “você deveria usar o autor tal”; “você vai pesquisar também o relatório de fulano de tal?”). Outras vezes fui alertado para ter cuidado com determinadas informações mais sensíveis e solicitado a fazer a devolutiva dos áudios das entrevistas. Este é um tipo de pesquisa em que, certamente, os meus interlocutores serão meus mais atentos leitores, o que pode levar o pesquisador a uma autocensura para evitar possíveis constrangimentos. Quando solicitada, fiz a devolutiva dos áudios e/ou da transcrição das entrevistas (ou de trechos delas), para que os/as meus/minhas interlocutores/as tivessem a oportunidade de reformular determinadas considerações e/ou complementar informações. Em alguns casos, ainda que não solicitada, eu mesmo considerei essa devolutiva necessária. Contudo, fui eu como etnógrafo quem busquei apreender as “teorias nativas” e transformá-las em “teorias etnográficas”. A minha visão de conjunto e comparativa dos dados, orientada pelos meus objetivos de pesquisa e referencial teórico-metodológico, deu-me condições de manter o foco do trabalho e não me perder em meio a tantas possibilidades analíticas e ingerências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “mega-operação” (LIMA, 2005) de identificação e delimitação de um território quilombola exige das equipes técnicas o enfrentamento de enormes desafios e a mobilização de competências de diversas naturezas. A elaboração de cada laudo antropológico é, pois, um processo etnográfico *sui generis*, que apresenta suas próprias vicissitudes e se constitui num locus privilegiado para pensar o desenvolvimento de uma prática etnográfica específica e a própria antropologia praticada no país. Contudo, como sinalizei em outro artigo, os laudos são produzidos num contexto de atuação estatal em que os agentes dificilmente fazem re-

flexões e autorreflexões sobre “o que se faz”, “como se faz” e as “consequências do que se faz”. Os/as antropólogos/as têm toda a experiência do “saber fazer” que “se aprende fazendo”, mas quase sempre não sobra tempo para exercitar a reflexividade sobre essas ricas experiências etnográficas. Assim, as análises críticas sobre esta “antropologia da ação” (O'DWYER, 2010) acabam ficando apenas no âmbito acadêmico e a cargo de pesquisadores externos à agência que financia, regula e acompanha continuamente os desdobramentos dos processos etnográficos de produção dos laudos antropológicos. (SANTOS, 2019b) Assim, este artigo teve o propósito de apresentar alguns apontamentos teóricos, metodológicos e éticos de uma pesquisa etnográfica que tomou o próprio processo etnográfico de produção dos laudos antropológicos como objeto de pesquisa. O método forjado na pesquisa, baseado no diálogo com os agentes e documentos desse campo de atuação profissional, e lastreado pelas categorias do contexto, texto, subtexto e pós-texto, permitiu fomentar uma reflexividade antropológica sobre os laudos de identificação e delimitação territorial quilombola na Bahia, assim como realizar uma análise comparativa dos seus *processos etnográficos*.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, J. M. A. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.
- BRUNER, E. M. Ethnography as narrative. In: TURNER, V. W.; BRUNER, E. M. (ed.). *The anthropology of experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986. p. 139-155.
- CHAGAS, M. F. Estudos antropológicos nas comunidades remanescentes de quilombos: sinais que amplificam a luta por uma vida histórica, vida jurídica. In: LEITE, I. B. (org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: Nuer: ABA, 2005. p. 71-79.
- DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- FERNANDES, R. C. Produto e processo: desafios para o antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental. In: LEITE, I. B. (org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: Nuer: ABA, 2005. p. 191-206.
- GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 91-107, 2002.
- INGOLD, T. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015. (Coleção Antropologia).
- LIMA, A. C. S.; BARRETTO FILHO, H. T. (org.). *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

- LIMA, A. C. S. Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio: notas para o estudo da relação entre a antropologia e indigenismo no Brasil, 1968-1985. In: LIMA, A. C. S.; BARRETTO FILHO, H. T. (org.). *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 75-118.
- O'DWYER, E. C. Laudos antropológicos: pesquisa aplicada ou exercício profissional da disciplina? In: LEITE, I. B. (org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: Nuer: ABA, 2005. p. 215-238.
- O'DWYER, E. C. *O papel social do antropólogo: aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: SILVA, O. S.; LUZ, L.; HELM, M. V. (org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. p. 115-139.
- PELS, P.; SALEMINK, O. *Colonial subjects: essays on the practical history of anthropology*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.
- RILES, A. Introduction: in response. In: RILES, A. (ed.). *Documents: artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006. p. 1-38.
- SANTOS, F. L. A. *Antropologia e estado: uma etnografia dos processos de reconhecimento territorial quilombola na Bahia (2003-2018)*. 2019a. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019a.
- SANTOS, F. L. A. Fazer laudos: algumas questões teórico-metodológicas de uma práxis institucionalizada. *Campos*, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 175-188, 2019b.
- SILVA, A. L. Há antropologia nos laudos antropológicos? In: SILVA, O. S.; LUZ, L.; HELM, M. V. (org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. p. 60-66.
- SILVA, A. B. *Antropologia e laudos: de ética, de imparcialidade e a etnografia como processo prático*. In: OLIVEIRA, J. P.; MURA, F.; SILVA, A. B. *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília, DF: ABA Publicações, 2015. p. 142-168.
- SILVA, A. B. Sobre o compromisso do antropólogo e seu papel de mediador cultural. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 25-36, 2003.
- TEIXEIRA, C. C. Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira. In: CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C. C. (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 33-42.
- VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropologia em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, S. R. R.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C. C. (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 43-70.